SABINE GOROVITZ E ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Reitora Vice-Reitor



Márcia Abrahão Moura Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Coordenadora de produção editorial Preparação e revisão

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK, 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769

Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021. 284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação - Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II. Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação
PARTE 1 PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE
Capítulo 1 A internalização das universidades brasileiras
Capítulo 2 Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco
Capítulo 3 Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL 45 Grasiele Reisdörfer MEC – Programa Marca Mercosul
Capítulo 4 Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia

PARTE 2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA
Capítulo 5 Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina7 Rainer Enrique Hamel Universidad Autónoma Metropolitana – UAM
Capítulo 6 Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário
Capítulo 7 A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente
Capítulo 8 Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 12 Isabela de Cerqueira Silva Ospital Agência Universitária da Francofonia – AUF
Capítulo 9 Pela diversidade linguística nas universidades: o monolinguismo do inglês em debate

Universidade de Brasília – UnB

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Capítulo 10 Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr: atividades e desafios
Capítulo 11 A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD)
Capítulo 12 Internacionalización en la Organización de los estados Iberoamericanos
Capítulo 13 A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil
Capítulo 14 A contribuição dos estudos latino-americanos para a internacionalização das universidades brasileiras e para a produção de um conhecimento global

PARTE 4
BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL
Capítulo 15
O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213
Luís Augusto Barbosa Cortez
Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp
Capítulo 16
Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior
Alain Bourdon
Embaixada da França no Brasil
Capítulo 17
Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras
Cláudia Estrela Porto
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



CAPÍTULO 13

A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil

Claudia Gintersdorfer¹ Delegação da União Europeia no Brasil

O domínio da educação superior, e particularmente a mobilidade acadêmica e de pesquisadores, tem-se tornado crescentemente mais relevante nas relações da União Europeia com o Brasil.

É fato que o mercado de trabalho atualmente exige profissionais capacitados para enfrentar os desafios de um mundo em transformação e cada vez mais globalizado. Neste cenário, a educação tem um foco crescentemente mais transdisciplinar, multicultural e internacional.

Para a União Europeia, é importante criar condições para permitir que as pessoas possam não somente adquirir competências essenciais desde cedo, mas que tenham oportunidades de atualizar seus conhecimentos,

Claudia Gintersdorfer é atualmente chefe de divisão regional das Américas no Serviço de Ação Exterior em Bruxelas. Foi encarregada de Negócios a.i. da UE no Brasil (2018/2019), depois de ser chefe adjunta da União Europeia no Brasil (2015/2018). Foi chefe da Seção Política, de Imprensa e Informação na Delegação da UE no Uruguai. Na sede da UE em Bruxelas, trabalhou para o Serviço de Ação Exterior na área de Direitos Humanos. De 2007 a 2011, foi responsável pela gestão da Política de Direitos Humanos da UE para as Américas, com outras responsabilidades geográficas que incluíam o Irã, os Países do Golfo e a Ásia, e participação regular nas sessões do 3º Comitê da UNGA e do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra. Também foi coordenadora para o Comitê Político e de Segurança (PSC) da Secretaria do Conselho em Bruxelas em 2006 e 2007 e trabalhou para a Comissão Europeia na área de pequenas e médias empresas, empreendedorismo e responsabilidade social corporativa. Anteriormente, trabalhou na Cidade do México na Delegação da Comissão Europeia, na área de projetos de cooperação e de refugiados. É mestra em Estudos do Espaço Europeu pela Universidade de Surrey, em Guildford, Reino Unido, 1990, e em Politique Internationale pela Université Libre de Bruxelles.

e que seus sistemas de educação e formação sejam capazes de responder às mudanças e se tornem mais abertos.

Num mundo onde a educação é mais e mais internacional, trabalhar com nossos parceiros estratégicos globais não é somente uma boa ideia — é uma necessidade.

A educação não está simplesmente se tornando mais internacional. Nós enfrentamos os mesmos desafios num mundo cada vez mais moldado por tendências globais. Neste sentido, acreditamos que podemos, sem dúvida alguma, aprender muito uns com os outros — de fato, aprender uns com os outros está no centro da política na área de educação superior na União Europeia.

Em todos os lugares, vemos um novo enfoque sendo pensado para a educação. A crise econômica enfrentada por vários países e regiões, por exemplo, mostrou a necessidade para as pessoas desenvolverem novas habilidades.

E a crise não esconde outros desafios: a velocidade das mudanças tecnológicas, a necessidade de proteger os recursos naturais e a complexidade crescente da vida cotidiana e da sociedade.

Esses desafios trazem uma mensagem especial para a educação, tanto para o Brasil como para a União Europeia. Tendo em conta que são também nossas escolas e universidades que precisam realizar mudanças de forma a preparar as pessoas para enfrentar os desafios de um mundo em constante evolução, temos que contribuir para a formação de novas habilidades e assegurar que mudanças sejam realizadas em uma atmosfera de diálogo e de respeito.

E é por esta razão que a União Europeia atribui elevada importância à educação como uma ferramenta chave. E, para reforçar a qualidade da educação superior, a União Europeia lançou inúmeras iniciativas, dentre elas o programa Erasmus, que, em 2017, celebrou os seus 30 anos.

Na União Europeia, estamos orgulhosos dos resultados alcançados por nossas universidades, as quais tiveram um papel fundamental no empoderamento intelectual e no avanço científico na União Europeia.

No entanto, algum tempo atrás, quando analisamos a educação superior na União Europeia também observamos que tínhamos, em alguns casos, dificuldades comuns a várias instituições de ensino superior no mundo, como, por exemplo, a dificuldade de nossos estudantes para inserção no mercado de trabalho.

Para reforçar a educação superior, decidiu-se criar o Espaço Europeu de Educação Superior, mais conhecido hoje como o Processo de Bologna (assim denominado devido à cidade italiana onde esta iniciativa foi lançada).

Trata-se de uma iniciativa dos países preocupados em modernizar sua educação superior. Mas, depois de quase duas décadas de reformas estruturais, a mudança é significativa: a educação superior na União Europeia está se tornando mais transparente, aberta e competitiva — e a Europa é cada vez mais o destino de muitas pessoas de várias regiões do mundo.

As universidades europeias continuam muito diferentes umas das outras e a União Europeia apoia esta diversidade. Neste sentido, não queremos que as universidades todas sigam o mesmo modelo. Encorajamos que as universidades desenvolvam seus próprios perfis e avancem em seus pontos fortes.

Também apoiamos iniciativas para a transparência, de forma que os estudantes e outros envolvidos e as universidades mesmas tenham clareza sobre sua missão diversa e seus perfis. Portanto, a União Europeia tem sua própria estratégia de modernização da educação superior em complemento ao Processo de Bologna.

Os estudantes, se puderem, querem viajar também com o objetivo de aprender e as instituições e os governos percebem esse desejo como algo

positivo. Por exemplo, os Ministros da Educação do Processo de Bologna acordaram que até 2020 pelo menos 20% dos graduados no Espaço de Educação Superior da União Europeia devem ter passado algum tempo estudando em outro país, além de seu país de origem.

Então, além de reforçar a educação superior, por que a mobilidade internacional é tão importante para a União Europeia?

Dentro da União Europeia mesmo, a mobilidade para aprendizagem contribui para unir e conectar as pessoas de diferentes países. E, ao conectar as pessoas como europeus, contribui para a ideia de uma Europa com uma face humana em nosso *slogan* de "unidos na diversidade".

Ademais, todas as evidências apontam para os benefícios substanciais aos estudantes: melhores habilidades, particularmente habilidades transversais face aos desafios da economia globalizada baseada no conhecimento. Mas também comunicação, aprendizagem de idiomas, mais confiança e iniciativa, são algumas habilidades melhoradas devido a uma experiência de mobilidade internacional.

A mobilidade internacional da União Europeia com o envolvimento de outras regiões e países do mundo, como o Brasil, tem o mesmo efeito. Une pessoas e instituições, cria um fluxo de conhecimento e de especialidade, além de construir uma cultura de paz, de entendimento e de apreciação para a diversidade. Trata-se, na verdade, de uma das melhores formas de lutar contra o preconceito e construir uma cultura de respeito e de tolerância.

Na ocasião do trigésimo aniversário do programa Erasmus, a União Europeia desenvolveu uma série de atividades para divulgar os resultados do programa e começar a construir, de forma participativa, o futuro do Erasmus+ após 2020. Entre as atividades, a União Europeia realizou uma cerimônia de premiação a 33 participantes da geração Erasmus+, um para cada país do programa. Foi também lançado pela Comissão

Europeia um aplicativo com o objetivo de tornar o programa mais inclusivo. Inaugurou-se também uma exposição temporária com a história e o impacto do programa Erasmus+. O programa já beneficiou 9 milhões de estudantes, dentre eles a Alta Representante Mogherini.

Portanto, desde o lançamento do Programa Erasmus há 30 anos, em 1987, a estratégia da União Europeia evoluiu da promoção da mobilidade entre seus Estados membros para uma decisão política de abrir seu espaço de educação superior ainda mais para o exterior. Dois pontos são muito relevantes para nós: *i*) a mobilidade de aprendizagem e *ii*) a internacionalização da educação superior. Com este objetivo, criou-se o programa Erasmus Mundus em 2004 e mais tarde, em 2014, lançou o Erasmus+, o principal instrumento da União Europeia para a cooperação internacional no domínio da educação superior.

A União Europeia disponibilizou, para o Erasmus+, o montante de €14.7 bilhões (aproximadamente 58 bilhões de reais) referente ao período de 2014 a 2020.

Anteriormente ao Programa Erasmus+, a União Europeia já havia lançado, em 2004, o programa Erasmus Mundus. Dentro do referido programa, as instituições de ensino superior do Brasil participaram em inúmeras parcerias, além de projetos conjuntos com o apoio da União Europeia.

Além das parcerias apoiadas por meio dos projetos financiados pela União Europeia, o Erasmus Mundus ofereceu até 2014 mais de 2.000 bolsas de estudos para a mobilidade de brasileiros. Cabe aqui destacar que o número de estudantes engajados em programas de mobilidade tem aumentado ano a ano, assim como o número de alunos estrangeiros na União Europeia. Em nossa aldeia global, constatamos que a educação superior torna-se cada vez mais internacional. Para o reforço da educação superior, é imperativo abrir o espaço de educação superior para o resto do mundo.

E de fato a mobilidade internacional tem contribuído para o reforço da qualidade da educação. Graças ao impulso inicial do Erasmus, 4.000 instituições de educação superior da União Europeia estão engajadas em redes de cooperação e em parcerias acadêmicas. Atualmente, os nossos programas de cooperação acadêmica, realizados dentro do Erasmus+ pretendem contribuir para criar vínculos educacionais cada vez mais fortes com universidades de outras regiões do mundo.

Os Mestrados Conjuntos do Erasmus+ oferecem cursos de elevada qualidade, nos quais as universidades de outras regiões podem ser parceiras plenas. Esses mestrados oferecem bolsas de estudos que permitem a estudantes realizar cursos em pelo menos dois países diferentes da União Europeia, bem como permitem professores ensinar em outras instituições parceiras dos consórcios. Em 2017, dezessete novos mestrados com participação de 21 instituições brasileiras foram selecionados. A Universidade de Brasília participou em várias parcerias do programa Erasmus Mundus e atualmente participa nos Mestrados Conjuntos do Erasmus+.

O Erasmus+ fortalece, assim, os vínculos e a rede de contatos entre a União Europeia e a América Latina e em particular o Brasil. Vale lembrar que as nossas universidades são cruciais para a forma como nos desenvolvemos. Não somente por construir as habilidades e as capacidades que precisamos para os jovens, mas também por ser espaço de debate, diálogo e rigor intelectual. Uma universidade é um mar de talentos e pode revigorar nossas sociedades, especialmente em tempos de crises.

Dado o papel vital que a educação tem na condução da recuperação econômica e na construção do futuro a longo prazo, existe muito potencial para a cooperação da União Europeia com o Brasil nesta área.

Neste ponto, destacam-se as oportunidades existentes de apoio a novos projetos dentro do programa Erasmus+. Na Mobilidade Internacional de

Créditos — *international credit mobility* —, que a Universidade de Brasília já participa, novos projetos podem ser apresentados e financiados pela União Europeia.

No referido programa, o primeiro passo para a participação de uma universidade brasileira é estabelecer parcerias com um grande número de universidades europeias. Por meio dessas parcerias, respaldadas por um Acordo Interinstitucional, as universidades poderão pleitear recursos para projetos de mobilidade.

O programa permite a mobilidade de estudantes e pessoal de instituições de educação superior entre países do programa e países parceiros, nos dois sentidos. O período de estudos no exterior deve fazer parte do programa de estudos do estudante para obter seu título.

Mas o Erasmus+ oferece também oportunidades de apoio a projetos de reforço das capacidades das instituições de ensino superior. Universidades brasileiras já participam em 21 projetos do programa. A Universidade de Brasília, por exemplo, é parceira em projetos de reforço das capacidades em educação superior.

Adicionalmente, o Erasmus+ tem a possibilidade de apoiar módulos de estudos, cátedras e outras iniciativas para reforçar os estudos sobre a União Europeia por meio do Programa Jean Monnet.

Portanto, são muitas as oportunidades de cooperação acadêmica dentro do Erasmus+ e a Universidade de Brasília tem participado nos programas citados. Existe, ainda, potencial para mais participação.

Neste contexto, o empenho da Universidade de Brasília em fortalecer a educação superior por meio de uma estratégia de reforço da internacionalização é muito oportuna. Esperamos que, mediante iniciativas de estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior da União Europeia, sejam criadas muitas oportunidades de intercâmbio para professores e estudantes. E que novos projetos surjam para reforçar ainda mais os laços de cooperação com as instituições da União Europeia.

O acréscimo do número de bolsas de estudos dentro do programa Erasmus+ depende diretamente da iniciativa das instituições de ensino superior do Brasil em estabelecer acordos interinstitucionais com as suas congêneres europeias para realizar a mobilidade acadêmica dentro do programa. À medida que esses acordos vão sendo firmados, as perspectivas são de que mais bolsas serão oferecidas pelo Erasmus+.

Desde 2015, os estudantes e pessoal acadêmico (docentes, pesquisadores e técnicos) do Brasil podem pleitear bolsas de mobilidade de crédito a curto e longo prazo. A mobilidade de crédito dentro do programa Erasmus+dura entre 3 e 12 meses. Nos acordos interinstitucionais, que devem ser firmados pelas instituições de educação superior participantes no programa, as atividades acadêmicas deverão ser reconhecidas plenamente e deverão contar como créditos para o título acadêmico após o regresso à instituição de educação superior de origem na América Latina. As mobilidades de curto prazo são oferecidas nos níveis graduação, mestrado e doutorado.

As bolsas de estudos para estudar na Europa oferecem uma ajuda mensal que oscila entre 750 e 850 euros, dependendo do custo de vida no país de destino. A bolsa cobre também gastos de viagens e custos de instalação. A candidatura a bolsas é apresentada às próprias universidades participantes do programa, as quais estabelecem seus próprios pré-requisitos e prazos em editais que são publicados nos *sites* das instituições de educação superior.

Mas a cooperação acadêmica entre a União Europeia e o Brasil traz também alguns desafios e, para equacioná-los conjuntamente, estabeleceu-se um diálogo político setorial na área da educação. O primeiro passo para esse diálogo político foi a assinatura de uma Declaração Conjunta, em maio de 2009, pelo comissário da Educação da Comissão Europeia e

pelo ministro da Educação do Brasil, estabelecendo o desejo do Brasil e da União Europeia de fomentar a cooperação na área da educação.

Posteriormente, a União Europeia e o Brasil registraram o desejo de ambas as partes em fortalecer os intercâmbios e a cooperação na área da educação. Foram estabelecidas as prioridades para a cooperação futura, isto é, promover os intercâmbios e a cooperação em pesquisa e a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores; promover a cooperação entre instituições de ensino superior e entre centros de pesquisa; encorajar a realização de feiras, seminários e conferências no Brasil e na União Europeia, com o intuito de contribuir para o reconhecimento, a transparência e o conhecimento mútuo de seus respectivos sistemas de educação e de pesquisa.

Além da cooperação acadêmica, a União Europeia tem ainda parcerias significativas na área de ciência, tecnologia e inovação, cujos projetos são apoiados no âmbito do programa Horizonte 2020 e do acordo assinado pela União Europeia e pelo Brasil em janeiro de 2004.

Concluindo, existe, entre a União Europeia e o Brasil, um mar de possibilidades de parcerias e de colaboração no domínio da cooperação acadêmica. Cabe a cada instituição de educação superior explorar as oportunidades existentes para reforçar suas capacidades e promover a internacionalização como instrumento de fortalecimento do ensino e da pesquisa e para aportar sua contribuição na busca da solução para os problemas globais da atualidade.

A educação é a ferramenta mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo. Nelson Mandela



A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!